



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Maio de 2011  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

A CIDADE PLANEJADA E A CIDADE CONSTRUÍDA: ENTRE PARADIGMAS MODERNOS E  
HÍBRIDOS CONTEMPORÂNEOS

**Sandra Catharinne Pantaleão** (UEG) - sandrinhapanta@gmail.com

*Professora Efetiva do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás. Professora Convidada da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Geografia - Dinâmica Sócio-Ambiental, pela Universidade Estadual de Londrina.*

**Ricardo Trevisan** (UnB) - prof.trevisan@gmail.com

*Professor Efetivo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Doutor em Arquitetura e Urbanismo, pela UnB.*

# A cidade planejada e a cidade construída: entre paradigmas modernos e híbridos contemporâneos

## Introdução \_

Goiânia, capital do estado de Goiás, fora planejada para 50 mil habitantes por Atílio Corrêa Lima, dando continuidade à fundação de cidades novas no interior do país, na década de 1930 (processo iniciado com as ferrovias paulista e paranaense). Seu desenho urbano foi embasado em teorias urbanísticas modernas, visando a empreender num terreno virgem as proposições ideais de uma vida urbana, em oposição ao urbanismo colonial das cidades goianas setecentistas, dada a busca frenética de riquezas minerais (cita-se *e.g.* Goiás, antiga capital, e Pirenópolis). A Goiânia cidade nova, uma cidade criada *ex nihilo*, apresentou em seu plano uma sobreposição de teorias urbanísticas (paradigmas), articuladas simultaneamente aos conceitos de *zoning*, cidade-jardim, unidade de vizinhança, monumentalidade e outros; conforme requeridas pelo partido projetual.

Hoje, Goiânia se afirma como metrópole regional. Passados 77 anos da publicação do decreto de sua constituição física (1), consolida-se como cidade principal da Região Metropolitana de Goiânia – RMG (1999), abarcada pela sua crescente densidade demográfica, contabilizados pelo censo 2010 do IBGE, em 1.301.892 habitantes. É na cidade de Goiânia que se concentram praticamente 50% da população da RMG, cujos traços característicos projetados e almejados pelo seu projetista foram corrompidos, superados e, algumas vezes, diluídos. Seu *DNA* foi modificado, dilacerando seus genes em híbridos de outra realidade, de uma vida urbana exógena e não negada pela sede de modernidade que o bojo de novos equipamentos prenunciava em seu tecido urbano.

Os limites urbanos, nítidos em seu exórdio, se perderam no horizonte. Os bairros periféricos, estritamente residenciais e com baixa densidade, estão representados pela figura dos condomínios residenciais murados ou por loteamentos carentes de infraestrutura. A monumentalidade justificável do Centro Cívico foi substituída pela apologia aos *shopping centers* e sua nova urbanidade. A setorização funcional cedeu espaço à sobreposição de usos e ao surgimento de novas centralidades. A recuperação de sua área central mediante a cartilha dos “res” (revitalização, requalificação, renovação etc.) é ação vigente. Até a presença de uma arquitetura de *griffe* a cidade possui: o Centro Cultural Oscar Niemeyer.

É este cenário de transformações que povoam a vida urbana que se pretende revelar, possibilitando a identificação, na cidade contemporânea, de preceitos do passado travestidos em novas possibilidades espaciais e, concomitantemente, a reprodução

alienante de espaços urbanos genéricos. Trata-se, portanto, da oportunidade de deparar com as teorias urbanas colocadas em prática em sua materialização, na tessitura desta vida urbana em distintas fases. Teorias modernas e contemporâneas embasadas ou não por reflexões e disseminadas por estudos e realizações. Paradigmas adotados por inúmeros profissionais em ambos os períodos a serem analisados. Uma discussão sobre a urbanização da Goiânia cidade nova e da Goiânia metrópole que pode contribuir e enriquecer o entendimento da cidade contemporânea, suas espacialidades e territorialidades.

## 1. Desvendando o *DNA* de Goiânia: cidade nova

Ao discorrermos sobre ***Goiânia, cidade nova*** é preciso observar o *DNA* recorrente a essa tipologia urbana, isto é, as características intrínsecas que nos permitem diferenciar uma Cidade Nova (CN) das constituições urbanas de origem espontânea.

Para que uma determinada localidade seja considerada como CN, devemos ter em mente os seis genes que constituem seu *DNA*: desejo, necessidade, lugar, profissional, projeto e tempo (TREVISAN, 2009). Estes genes configuram os núcleos urbanos criados: 1) pelo desejo do poder público ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes (administrativa, de colonização, ferroviária, de relocação, balneária, satélite etc.); 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborado e/ou desenvolvido por agente(s) definido(s) – eventualmente profissional(is) habilitado(s); e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso.

Goiânia surgiu em 1933 por um desejo e uma ação do interventor Pedro Ludovico Teixeira, com a função de ser a nova capital do estado, cuja sede foi projetada pelo arquiteto e urbanista Attílio Corrêa Lima e implantada sobre um sítio selecionado. Portanto, ao considerar Goiânia como uma CN, podemos estabelecer um recorte preciso para compreender os aspectos de urbanidade e o contexto de fundação de Goiânia, enaltecendo as teorias urbanas que permitiram seu desenvolvimento e crescimento até a feição de metrópole regional.

A transferência da capital goiana objetivava sanar os problemas presentes em *Vila Boa de Goyaz*: sua cultura oligárquica, seu desenvolvimento provinciano e seu urbanismo colonial. Conforme descreve RIBEIRO (2004), o traçado da antiga capital, erguida em 1727 pelas bandeiras paulistas, impedia intervenções urbanas voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana e, conseqüentemente, para seu próprio crescimento físico. Uma cidade

próxima às feições medievais, revelando toda a dinâmica da exploração aurífera, conformada por ruas tortuosas e casas enfileiradas, sem quaisquer preocupações sanitárias ou higienistas (teorias recorrentes desde o século XIX). Buscava-se, com tal deslocamento, trazer à baila os ideais reformadores, positivistas e modernizadores que permeavam o cenário urbano das grandes cidades litorâneas e de novas cidades, como Belo Horizonte (1895).

Com esse contexto, o processo de transferência ganhava corpo e a derrocada da cidade mineradora era inevitável. Uma nova modernidade precisava ser construída, e esta não poderia sobrepor-se ao traçado orgânico e espontâneo preexistente. Ao invés de promover a expansão da capital de Goiás, o interventor Pedro Ludovico Teixeira preferiu encontrar uma nova área, cujas características físicas permitissem a construção de uma cidade moldada sob a égide das teorias urbanas vigentes na Europa e nos Estados Unidos.

O **desejo** explícito de criar a capital goiana remete-nos a meados do século XVIII, quando o primeiro governador da Capitania de Goiás, Conde dos Arcos já tentava convencer o governo português acerca da transferência da capital de Vila Boa para Meia Ponte (atual Pirenópolis); ideia refutada devido aos altos custos que tal ato demandaria para a corte. Outras oportunidades se sucederam com mesmo insucesso. Somente no século XX, o interventor Pedro Ludovico Teixeira dispunha de argumentos e condições político-econômico palpáveis para empreender a mudança da capital, tendo em vista que as primeiras Constituições Estaduais já previam a transferência da capital (RIBEIRO, 2004). Portanto, Goiânia foi fruto de uma luta liderada por Pedro Ludovico pela modernização de Goiás, frente à tradição de uma oligarquia agrária sediada na histórica cidade de *Vila Boa de Goyaz*, sua antiga capital (MACIEL, 1996).

Ademais, ao transferir a capital mais ao sul do estado, seria possível aliar a dinâmica desta região com os trâmites político-administrativos, isto é, permitir que os interesses econômicos e políticos confluíssem num mesmo local, mais próximo a regiões desenvolvidas, como Triângulo Mineiro e São Paulo (via linha ferroviária). Eis que do desejo surge a **necessidade**, o segundo elemento genético para a fundação de uma CN. Necessidade de sediar o poder estadual e, paralelamente, interligar economicamente o estado com outras regiões mais prósperas do país.

Em seguida, o **sítio** deveria ser escolhido: o lugar para plantar o desejo, torná-lo palpável e real, passando de simples ideia a um projeto real, factível, correspondendo à função que definia a necessidade de um contexto político-econômico distante dos preceitos característicos da antiga capital. Em 20 de dezembro de 1932, o então interventor Pedro

Ludovico Teixeira tinha em suas mãos o decreto n. 2737, o qual determinava os estudos para a escolha do sítio a ser construída a futura capital de Goiás.

Para tanto, foi formada uma comissão de caráter técnico, político e social para definir o sítio. A importância dessa escolha perpassava por algumas condicionantes, a saber: “[...] proximidade à estrada de ferro, abundância de água, bom clima, topografia adequada, facilidade de acesso e transporte e localização estratégica central, tanto em relação ao Estado como ao país [...]” (RIBEIRO, 2004).

Os estudos para a escolha do sítio ideal foram baseados em levantamento hidrológico e topográfico, verificando-se que as imediações das cidades de Campinas ou Bonfim, hoje Silvânia, correspondiam às características de salubridade e pouco dispêndio em infraestrutura exigidas (figura 1). Esses levantamentos foram entregues a Pedro Ludovico, enaltecendo, ainda, que as opiniões de outros urbanistas fossem consideradas, o que nos leva a agregar a figura do profissional habilitado a definir o sítio mais adequado – neste caso, o engenheiro civil Armando Augusto de Godoy (formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro) para avaliar as áreas pretendidas face aos preceitos do urbanismo moderno (MANSO, 2001).

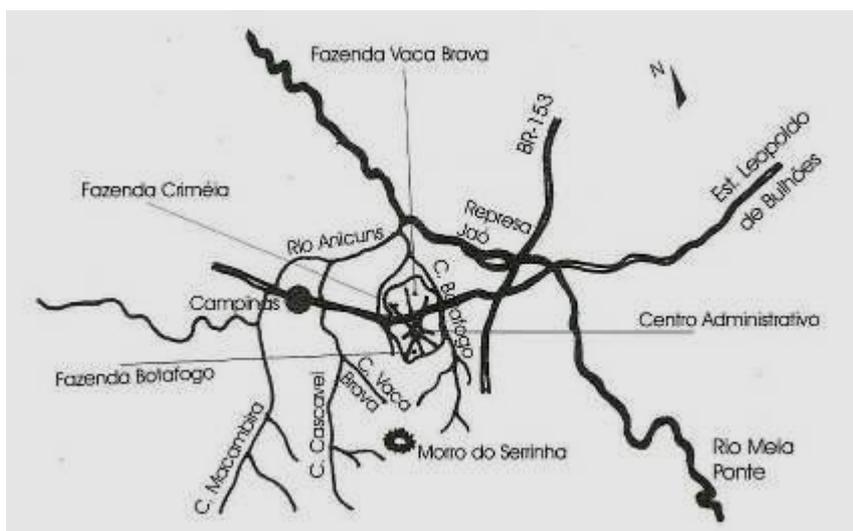


Figura 1: Mapa de localização da nova capital no sítio selecionado: presença de recursos hídricos e de infraestrutura (proximidade à cidade de Campinas, em amarelo). Fonte: RIBEIRO, 2004.

As bases fundamentais, portanto, estavam lançadas, e a consolidação da luta pela transferência da capital ocorreu dois séculos depois da primeira tentativa, anunciando uma nova era para a interiorização do país. Como representante desta conjuntura, que insere-se na “Marcha para Oeste” (MACIEL, 1996), a futura capital surgia como um campo de experimentação para teorias e técnicas urbanísticas contemporâneas àquele momento, retratando em sua história as ideologias de um determinado período, cujo significado

fundamentava-se pela modernidade e pelo progresso de um projeto nacional de desenvolvimento (2).

Desejo, necessidade e sítio precisados, a nova capital necessitava de um **projeto** e de **profissional**, responsável em dotar de significado material o desejo e a necessidade sobre o território delimitado. Com base nesses preceitos, a proposta inicial foi encomendada ao ítalo-brasileiro Attílio Corrêa Lima (graduado em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e em urbanismo pelo *Institut d'Urbanisme de Paris*).

A proposta de A.C. Lima para Goiânia trouxe, para o plano da nova capital, as bases do urbanismo barroco, seus espaços cênicos e monumentais (referência aos planos de Roma, na Piazza Del Popolo durante as reformas urbanas empreitadas por Sístus V, Versalhes, Karlsruhe, Washington, Paris, Belo Horizonte e aos preceitos do *City Beautiful Movement* norte-americano), principalmente para a Praça Cívica, com seu conjunto de prédios públicos em estilo *Art Déco* e as três avenidas em *patté d'oie* ou tridente, lócus revelador da função original (sede do poder) para qual a CN foi criada (figura 2).



Figura 2: Vista do Centro Cívico de Goiânia, de Attílio Corrêa Lima: elementos do urbanismo barroco. Fonte: MANSO, 2001.

Por sua vez, aspectos Modernistas (aqueles presentes nas propostas corbusianas para Paris, para *Ville Radieuse* etc.) foram empregados pelo arquiteto e urbanista ao setorizar a cidade por diferentes funções (trabalhar, habitar, circular e lazer (CORBUSIER, 1993), sobre um traçado rígido de vias regulares e delimitada por um cinturão verde de parques que protegeriam os aquíferos presentes na região, à *la Cidade-Jardim* (HOWARD, 1996). Para o setor comercial, delimitado pelas diagonais simétricas que saem da Praça Cívica e uma avenida semicircular (Avenida Parnaíba), o arquiteto projetou quadras cortadas por vias de serviço. Próximo ao plano, além da estação ferroviária (principal meio

de transporte da época), A.C. Lima implantou o aeroporto, demonstrando estar atento às modernidades de sua época (figura 3).

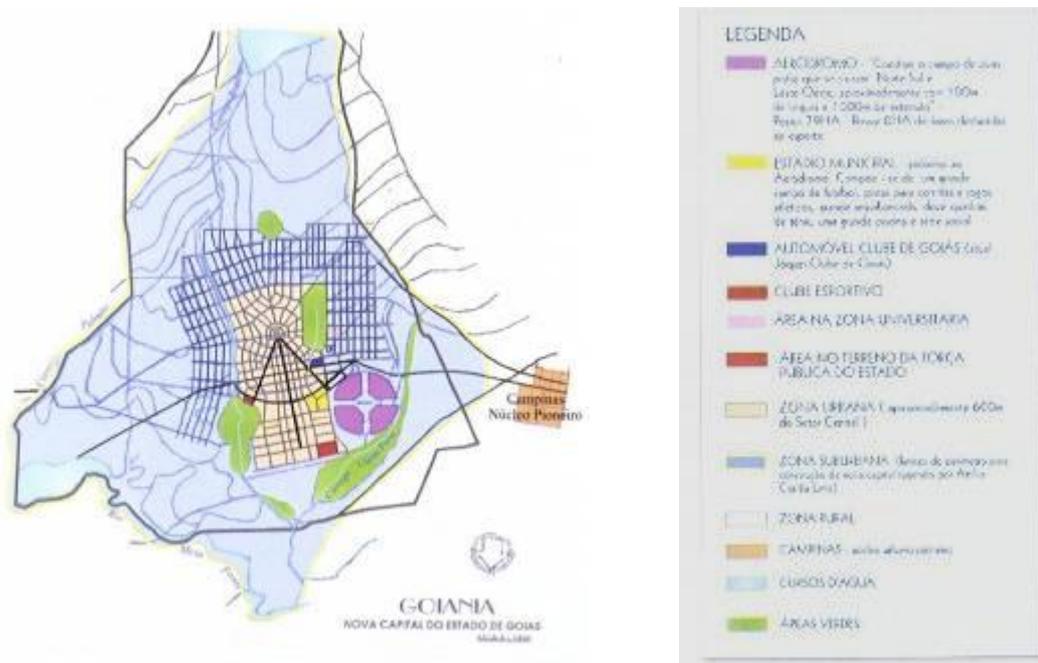


Figura 3: Anteprojeto para Goiânia, de 1933, de Atílio Corrêa Lima: setorização funcional. Fonte: MANSO (org.), 2004.

Com a saída de A.C. Lima do comando do projeto em 1936, após desentendimento com a firma empreendedora da obra (*Coimbra Bueno & Cia. Ltda.*), o plano foi assumido e desenvolvido pelo engenheiro civil Armando Augusto de Godoy (com bases no projeto original elaborado por A.C. Lima). A.A. Godoy, natural de Minas Gerais, ao assumir o cargo, detalhou melhor o plano original, particularmente o setor residencial sul, em que os conceitos de *Unidade de Vizinhança* (captados do tipo de urbanismo norte-americano de Clarence Stein e Henry Wright) foram aplicados em superquadras (os primeiros exemplares no país). O detalhamento prosseguiu com um cuidado maior dado ao cinturão verde, que limitaria o crescimento da cidade prevista para 50 mil habitantes, e no traçado viário, ao propor inúmeras rotatórias em cruzamentos de vias principais – elemento que se tornou uma constante na expansão física da urbe.

Assim, podemos creditar ao projeto de Goiânia (figura 4) a ocorrência de sobreposição de teorias num mesmo projeto, articulando-se os conceitos de acordo com as necessidades requeridas pelo partido projetual, com características de um ideário sempre sobressaindo em relação aos demais. Um projeto paradigmático realizado num **tempo** preciso e curto, década de 1930, frente ao tempo de longa duração que permeia a história da humanidade (BRAUDEL, 1969).

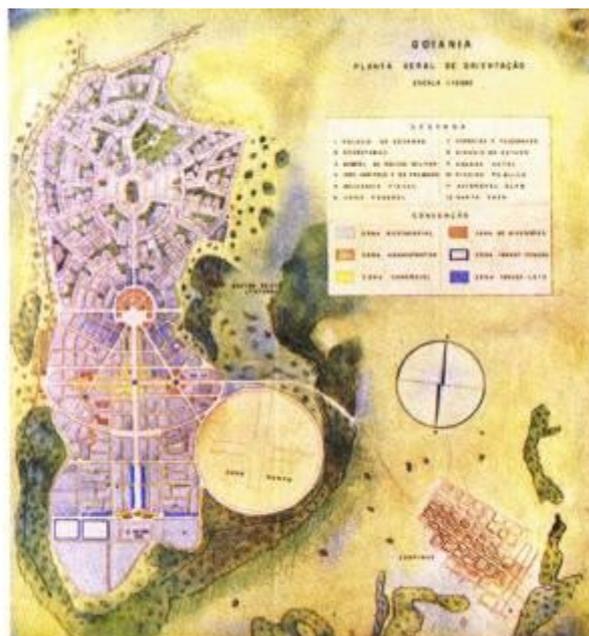


Figura 4: Plano para Goiânia, de 1938, detalhado por Armando Augusto de Godoy. Fonte: MANSO (Org.), 2004.

Ao certificar Goiânia como uma CN, cujo *DNA* apresenta os seis genes bases desta tipologia urbanística, propõe-se um salto temporal à Goiânia atual, uma metrópole regional, com intuito de verificar sua constituição espacial. Se o hibridismo urbanístico que compõe o plano original fez desse exemplar um caso particular na historiografia urbanística moderna brasileira; o que considerar da cidade atual? Teria o projeto paradigmático original influenciado a configuração atual da cidade? Ou o mesmo foi corrompido e deturpado por ações do poder público e de agentes especulativos do solo urbano? Afinal, em que cidade a Goiânia cidade nova se transformou?

## 2. Expansão e dispersão de Goiânia: o embrião da metrópole regional

A demanda por novas áreas prenunciava a consolidação do ideal de Pedro Ludovico, afirmando a nova capital como pólo desenvolvimentista, fato comprovado pela densidade populacional, que em 1940 registrara 18.889 habitantes e, em 1950, o contingente populacional atingia 53.389 habitantes (censo IBGE). Desse modo, além dos setores ao Norte e a Sul, do plano original, foram lançados pelo poder público, os setores Leste (atual Vila Nova e Setor Universitário) e Oeste. Esses primeiros loteamentos demarcam a expansão radiocêntrica, ultrapassando os limites originais (cinturão verde) definidos pelos Córregos Botafogo e Capim Puba (figura 5). Pode-se vislumbrar, ainda, um desenho próximo ao do projeto de A.C. Lima, onde é perceptível a preocupação com o traçado viário, com as ruas principais (mais largas), com os pontos de convergência (conformando praças e áreas livres) e com a demarcação de áreas verdes.

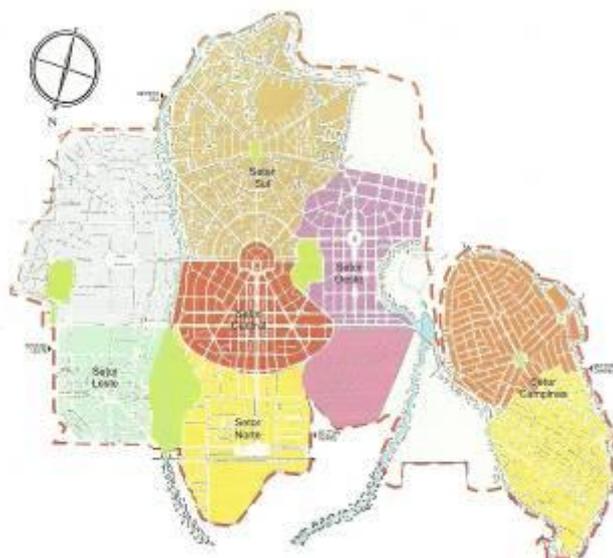


Figura 5: Planta de Urbanização de Goiânia, de 1947: crescimento radiocêntrico para além dos limites do plano original. Fonte: MANSO (Org.), 2004.

Apesar das várias tentativas de organização do espaço urbano não houve impedimentos para o crescimento desenfreado da cidade, ocorrido de maneira desordenada. Essa ocupação se acentuou a partir de 1947, quando a responsabilidade de parcelar o sítio urbano deixou de ser do Estado. Essa atitude ocorreu pela falta de recursos públicos em prover a infraestrutura. O empreendedor deveria pavimentar, canalizar água e esgoto, após a implantação da pavimentação para as denominadas cidades-satélites, localizadas num raio de 15 quilômetros do marco zero da cidade: a Praça Cívica. Porém, este modelo de planejamento não funcionou, uma vez que encarecia os custos do loteamento, tornando suas vendas inviáveis.

Sem o controle efetivo dos governos sobre o crescimento urbano, este papel, durante a década de 1950, foi desempenhado pela iniciativa privada, que parcelava, de acordo com a sua conveniência e com a conivência do poder público, os arredores de Goiânia. Com a reformulação do código de edificações, desobrigando que loteamentos fossem lançados com toda infraestrutura, a ação do poder público ficou limitada ao controle do uso do solo na capital, permitindo que a especulação imobiliária ditasse as regras de crescimento da cidade, sem qualquer ordenamento urbano. Assim, a expansão urbana foi resultado dos interesses conjugados da iniciativa privada e do poder público da época (3), pulverizando-se loteamentos em torno do núcleo original (figura 6).

O plano urbanístico original da cidade começava a se modificar, pois sua expansão atendia apenas aos interesses da iniciativa privada, ignorando o projeto original. Entre as décadas de 1950 e 1960, a cidade viu seus limites serem extrapolados com a aprovação de inúmeros bairros (4). A lógica dos interesses especulativos sobrepôs-se ao planejamento ordenado da cidade, com uma explosão de loteamentos de forma desordenada e sem

controle por parte do poder público, uma vez que aprovados, esses loteamentos não dispunham de infraestrutura adequada, além da falta de normas e leis para setorizar ou restringir usos, corroborando para um crescimento de caráter espontâneo (figura 7).

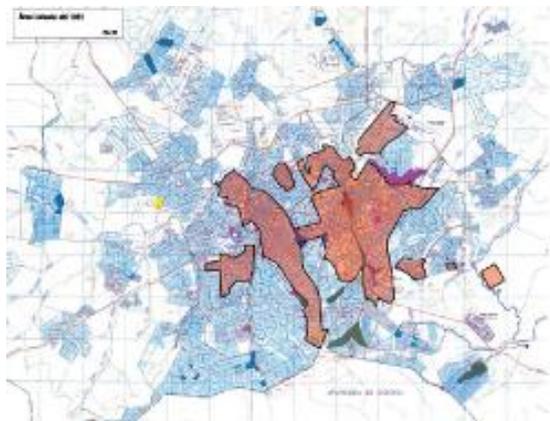


Figura 6: Parcelamento urbano até 1951, expandindo a área para além dos limites determinados em 1947, acarretando problemas de infraestrutura urbana. Fonte: RIBEIRO, 2004.

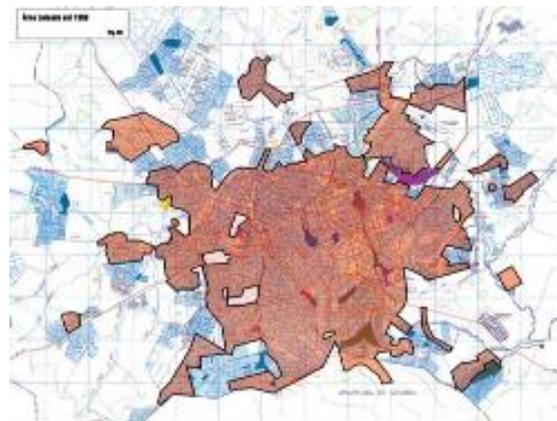


Figura 7: Parcelamento urbano até 1959, demarcando a expansão difusa de Goiânia. Fonte: RIBEIRO, 2004.

Numa tentativa de recompor o plano original e devolver a cidade seu caráter planejado, segundo RIBEIRO (2004), foi elaborado um plano de urbanização pelo engenheiro-arquiteto Luis Saia, entre 1960 e 1962, o qual pretendia reordenar a cidade por meio do zoneamento funcional, e, ao mesmo tempo resgatar os parques urbanos definidos por A.C. Lima. O plano abordou aspectos históricos, metodológicos e administrativos, além de identificar barreiras, polarização/atração e homogeneização da estrutura urbana, definindo seis regiões no município: Central, Campinas, Dergo, Macambira, Universitária e Meia Ponte (figura 8).

Essas regiões tiveram suas características abordadas por meio de diagnósticos independentes, buscando soluções descentralizadas e mais específicas. Em contrapartida, os aspectos gerais do município também foram identificados, gerando soluções para a preservação da bacia hídrica e para o desenvolvimento de sistema viário expresso.

Além disso, os estudos de Luis Saia contavam com levantamentos de: cadastro imobiliário, da demografia das atividades urbanas, dos loteamentos, dos equipamentos urbanos e da infraestrutura. Houve propostas diversas, dentre elas destacam-se as ações para: fundos de vale, saneamento, sistema viário, abastecimento de água, esgoto sanitário, pontos focais da cidade, estação ferroviária e aeroviária, penitenciária, sanatório, cemitérios, indústrias, universidades, lazer, parques, centros comerciais, o uso do solo e o zoneamento do município (figura 9) (PDIG, 1994).

No entanto, o momento político do golpe militar (1964) implicou no abandono deste projeto, acelerando o domínio da iniciativa privada na composição do espaço urbano.

Durante todo este período a concentração da ocupação urbana aconteceu ao sul da cidade, rumo ao município de Aparecida de Goiânia, sendo recorrente no período entre 1964 e 1975, e intensificando-se entre 1975 e 1985 (período auge da ocupação dessa região).

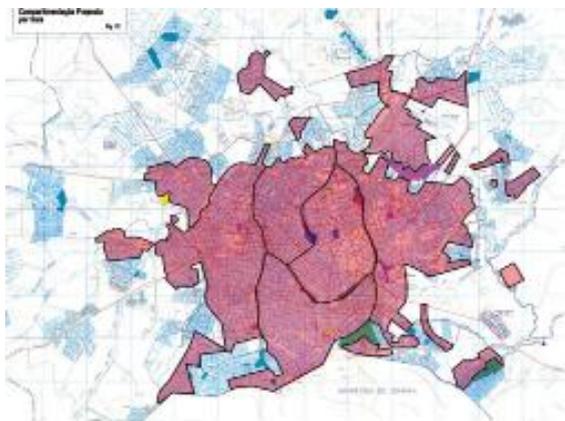


Figura 8: Proposta de Urbanização de Luis Saia, 1960-62, não implantada. Fonte: RIBEIRO, 2004.

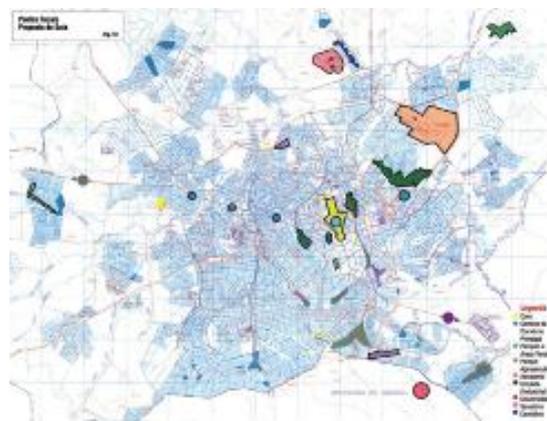


Figura 9: Pontos focais da cidade na proposta de Luis Saia, 1960-62, não implantados. Fonte: RIBEIRO, 2004.

As principais características desse evolução foram: a dispersão da zona urbana, pautada pela baixa densidade demográfica e pela horizontalidade, e a alta concentração nas áreas mais centrais, que, por sua vez, foram perdendo suas feições originais em prol de um discurso desenvolvimentista, representada pela verticalização de sua paisagem, pelas atividades comerciais das grandes lojas de departamentos. O caráter monumental dos grandes bulevares ia sendo substituído por um rol de elementos de uma cidade grande: arranha-céus e logomarcas dos principais magazines.

O *DNA* da CN começava a ser alterado por uma configuração urbana mais heterogênea e alimentada pelo discurso progressista, demarcando o seu tempo de criação (TREVISAN, 2009). A mutação genética encontrava-se em estágio inicial, mas considerada decisiva para verificar a passagem de uma cidade unitariamente projetada para uma metrópole de expansão dispersa (SECCHI, 2009). Assim, as feições de cidade nova para a capital de Goiás iam, pelo tempo, sendo redimensionadas à escala de metrópole regional.

Nesse universo transitório, veremos a ação do arquiteto-urbanista Jorge Wilhelm. Entre 1967 e 1979, seu plano estava inserido nos propósitos dos *Planos Integrados de Desenvolvimento Urbano*, de cunho tecnocrático, cujos preceitos se reportavam aos paradigmas econômicos. O crescimento e o desenvolvimento urbanos estavam atrelados a políticas de progresso, cujos esforços se concentravam na ocupação do território a partir das vias de circulação, aproximando-se do *urban planning* americano, em que a dispersão alinhavada aos eixos principais de ordenamento da ocupação urbana é sua característica fundamental.

A formação de áreas conurbadas tem sua origem na expansão sobre os eixos viários, induzida pelo poder público. Desse modo, a conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia era inevitável, sendo necessária a abertura de longas vias para os acessos intermunicipais, inserindo na expansão desordenada dos anos anteriores, eixos cartesianos para superar as barreiras físicas de interligação entre os bairros, promovendo a expansão a sul entre 1973 e 1979 (figura 10).

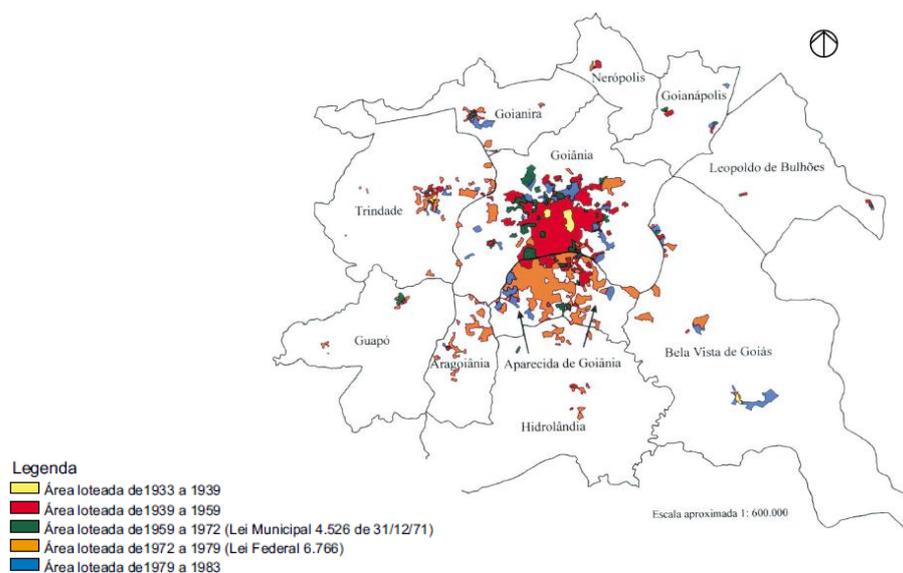


Figura 10: Expansão da área urbana de Goiânia e conurbação com cidades vizinhas. Fonte: VAZ, 2002.

Deste modo, o plano de Wilhelm apresentava em seu cerne os preceitos para a fragmentação espacial, ao eleger como prioritários os eixos de circulação, modificando a estrutura urbana inicial do *zoning*, pulverizando o tecido urbano de forma segregada e dispersa. Ademais, a ocupação da área periférica foi ampliada nas áreas limítrofes da cidade juntamente com os conjuntos habitacionais oferecidos pelo Sistema Financeiro de Habitação, o que, conseqüentemente, levou a formação do “Aglomerado Urbano de Goiânia”, em 27/11/1980, que para MABILLOT (1984) representava um estado de pré-metropolização.

A região sul de Goiânia passava a ser uma nova centralidade, sinais da mutação genética. Com a instalação do Shopping Flamboyant, em 1981, a paisagem do entorno foi lentamente se transformando, alicerçando o Jardim Goiás como estruturador de uma metrópole regional, tendo em vista os diversos equipamentos implantados – *shopping center*, hipermercados, edifícios multifamiliares, concessionárias, entre outros, combinados, ainda com as áreas de lazer públicas – Estádio Serra Dourada, Ginásio Goiânia Arena, Parque Flamboyant – e os novos edifícios públicos que migraram às margens da rodovia, como o Paço Municipal, universidades e monumentos arquitetônicos. Todos esses

elementos reafirmam a descentralização e perda do vigor do centro histórico da cidade em prol dos elementos de caráter metropolitano.

### **3. Mutação Genética: dos paradigmas modernos ao hibridismo contemporâneo**

A inserção de novos equipamentos na cidade fragmenta seu tecido urbano, à medida que sua expansão ocorre de forma a transmutar o código genético de sua origem, modificando a escala, as proporções e todos os preceitos urbanos que a constituíram. O cinturão verde torna-se atrativo mercadológico para a propagação de unidades habitacionais coletivas de múltiplos pavimentos; vias expressas são abertas para comportar o fluxo rápido e a integração entre as diversas centralidades que vão se consolidando; os profissionais e os projetos ficam sucumbidos aos interesses do mercado imobiliário, assim como a arquitetura de *griffe* é um recurso apropriado para a afirmação da administração pública. A monumentalidade, antes constituinte do conjunto urbano projetado, é relegada à altura dos novos empreendimentos imobiliários.

A cidade contemporânea carrega em si os paradigmas modernos, ainda presentes em seu traçado original, mas modifica seu tecido evocando novas estratégias de transformação do espaço urbano: de um lado as áreas periféricas tornam-se centros de alta atratividade e, por outro, o tecido original necessita de uma “reciclagem” para se impor sobre a policentralidade que ressoa sobre sua memória. Desse modo, o tecido urbano da metrópole regional avança sobre as áreas rurais, alcança os demais municípios, aglutinando uma população na casa dos 2,5 milhões de habitantes. Não podemos esquecer que os instrumentos de ordenação de uso e ocupação do solo também contribuem para que o cenário dessa *nova cidade* assumam um caráter regional, na escala metropolitana.

A expansão urbana, especialmente das cidades planejadas, comprova essa dinâmica, que é desencadeada por fenômenos de naturezas distintas e seus agentes que passam a intervir de forma mais contundente em meados dos anos 1970, quando as cidades absorvem de forma desordenada, na maioria das vezes, o fluxo migratório. Significa que “[...] a cidade se exprimiu mediante uma utilização mais intensa do espaço urbano, com a substituição de funções e papéis consolidados no tempo, com novos papéis e novas funções e com uma extraordinária aceleração de cada movimento.” (SECCHI, 2009).

Desse modo, temos, na metrópole regional, o confronto entre dois pontos distintos, que revela, em sua fisionomia, novos paradigmas para a constituição de tecidos urbanos, relacionados ao processo de globalização: seja pelos elementos exógenos, localizados em áreas periféricas ou as ações de intervenção patrimonial em sua área central.

Em suas reflexões, SECCHI (2009) aponta que as áreas periféricas metropolitanas vão se expandindo, visto o crescimento das cidades engendrado por diversos atores, que modificam as relações espaciais: “[...] a cidade para se dissolver em um território urbanizado informe e sem limites”. A dispersão é, portanto, um fenômeno característico da cidade contemporânea, que não se efetua sozinho, sendo acompanhado também pela concentração, isto é, pelo o adensamento urbano, conformando um território como “[...] um enorme palimpsesto no qual as diferentes gerações deixaram o vestígio de suas passagens e isso leva a considerar novos olhos para o problema do todo, da forma e da dimensão da cidade.” (SECCHI, 2009).

Esses fenômenos decorrem das ações entre o poder público e o poder privado, que promovem a valorização de determinadas áreas da cidade, visando a uma nova magnitude: atrair o capital financeiro, tornando-se mais uma imagem de consumo do que a afirmação de um ideário moderno. Os exemplos do Jardim Goiás, a revitalização da Avenida Goiás e a construção do Centro Cultural Oscar Niemeyer ilustram bem essas questões.

O plano urbanístico do Jardim Goiás (1953) foi baseado no ideário de Cidade-Jardim de Howard, sendo elaborado, originalmente pelo engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia, conforme descrevem OLIVEIRA & PEIXOTO (2009), embora autoria seja atribuída a Roberto Magno Ribeiro. O desenho do projeto original do Jardim Goiás foi concebido nesta perspectiva, constituindo uma continuidade do vizinho Setor Sul (figura 11).



Figura 11: Anteprojeto do Jardim Goiás, de Prestes Maia de 1951, aos moldes de cidade-jardim. Fonte: PANTALEÃO, 2005.

Analogamente ao desejo visionário de Pedro Ludovico Teixeira, temos um novo agente promotor da expansão urbana da cidade: Lorival Louzal, responsável pelo incentivo a expansão do tecido preexistente e em fase de consolidação. Uma nova estrutura urbana começava a ser semeada, ainda na década de 1950, quando parte de sua gleba foi

parcelada, registrando o loteamento como Jardim Goiás – um inóspito território, distante do centro da cidade, e, por vezes, uma área de baixa valorização. Isso porque sua localização, conforme descreve VAZ (2002) era oposta a Campinas e a região do centro expandido da nova capital (figura 12).

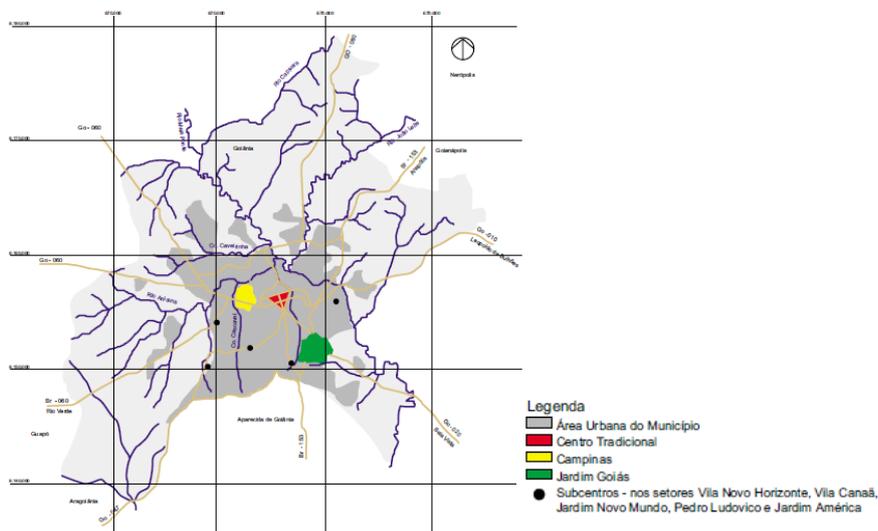


Figura 12: Localização do Jardim Goiás e relação demais áreas já consolidadas da cidade. Fonte: VAZ, 2002.

A configuração do Jardim Goiás é recente, cujo processo de consolidação está em curso, e vislumbra a ação da iniciativa privada na constituição de uma paisagem heterogênea e de difícil identidade, ao contrário do centro projetado por A. C. Lima. Apesar de ter surgido mediante o desejo, com nuances de um projeto de Prestes Maia, não podemos afirmar que este extrato de Goiânia se afirme como CN. São enxertos de uma nova ordem urbana que MUÑOZ (2008) define como *urbana*, referindo-se ao que AUGÉ (1994), definiu como *não-lugares*. Não é mais o simples desejo materializado de um ideal, pois emerge, nessa conjuntura, o consumo como definidor de espacialidades frívolas e fragmentadas a mercê do capital especulativo.

A promoção da ocupação do Jardim Goiás só ocorre de fato a partir dos anos 1970, quando Lourival Louza doa parte da área ao Estado, visando à construção do Estádio Serra Dourada, assinado pelo renomado arquiteto paulista: Paulo Mendes da Rocha. Assim, a cidade de Goiânia, em 1975, com investimentos públicos recebia seu primeiro equipamento de superfície, às margens da BR-153, impulsionando a ocupação para além desta barreira física. Não seria, então, a construção do Estádio Serra Dourada, uma arquitetura de *grife*, para uma cidade em franca expansão e pujança econômica? Ao refletirmos sobre isso colocamos em voga o espírito modernista de Goiânia.

Este foi o primeiro passo para a caracterização do Jardim Goiás, seguido pela construção do Autódromo Internacional de Goiânia e do Shopping Center Flamboyant

(1981), pertencente ao próprio Lourival Louza. É importante ressaltar que a localização do empreendimento margeia os limites do bairro, ladeado pela BR-153 (figura 12), demonstrando a intenção de seu proprietário em criar um vazio entre o centro e este equipamento, uma vez que a ligação entre um e outro ocorreria às despensas do Estado, como apontam OLIVEIRA & PEIXOTO (2009). Em suas palavras:

A construção do shopping valorizou a região e obras viárias e transporte público foram garantidos, facilitando a conexão com o centro da cidade. Comprar em um estabelecimento climatizado, experimentar as escadas rolantes (ainda raras) e o elevador panorâmico eram confortos e atrações não oferecidos pelas lojas do centro da cidade, cada vez menos frequentadas. (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009)

No entanto, o *shopping center* não garantiu a ocupação do Jardim Goiás, que continuava como um grande vazio urbano (figuras 13 e 14). Mesmo com a construção de um grande hipermercado – *Carrefour* (1988), a construção do Ginásio Goiânia Arena (1998) e a transferência do Paço Municipal (2001), para suas adjacências, não foram atrativos significativos para que o mercado imobiliário investisse na região, cuja ocupação ainda não havia ocorrido no início dos anos 2000, exceto as áreas ilegais já consolidadas – a invasão conhecida como Vila Lobó.



Figura 13: Localização dos equipamentos urbanos. Fonte: acervo do autor, 2005.

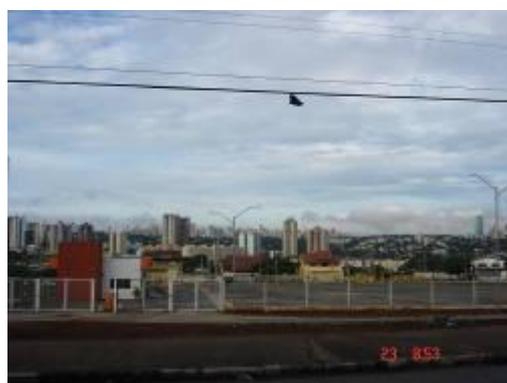


Figura 14: Ocupação Rarefeita do Jardim Goiás. Fonte: acervo do autor, 2005.

Buscando trazer para Goiânia aquilo de mais moderno, em termos de habitação, parte da gleba de Lourival Louza foi destinada para a construção de bairros suburbanos aos moldes do *New Urbanism* americano, cujo discurso alinhavava a valorização de áreas distantes do centro decadente em meio à natureza. Surgiu, assim, nos anos 1990, o Parque das Laranjeiras (loteamento privado) e o Parque Atheneu (iniciativa do poder público), ambos localizados na região sudeste da cidade. Em consequência, novos investimentos foram realizados com a implantação dos condomínios horizontais fechados, com destaque ao *Alphaville*, empreendimento importado com seus muros terracota.

Em meados dos anos 2000, a efetivação do Jardim Goiás poderia ocorrer, tendo em vista que este grande vazio urbano, agora se tornara a “menina dos olhos” do mercado imobiliário, ainda mais com a implantação do Parque Flamboyant (2007), em substituição ao antigo Automóvel Clube de Goiás (figura 15). Não seria mais necessário fugir dos problemas urbanos, uma vez que a natureza estava presente, sendo o local ideal para os edifícios de alto padrão, consolidando o processo de verticalização (figura 16).



Figura 15: Parque Flamboyant.  
Fonte: acervo do autor, 2009.



Figura 16: Verticalização no entorno do Parque Flamboyant. Fonte: acervo do autor, 2009.

Num outro sentido, o tecido histórico consolidado da Goiânia CN deveria ser moldado sob a égide da cartilha dos “res”, trilhando as novas discussões urbanas em prol do resgate histórico recorrente dos anos 1960, propagado por Kevin Lynch e Aldo Rossi, e depois reforçados por Oriol Bohigas, Ignácio de Solá Morales, entre outros. Os debates voltavam-se para as intervenções pontuais das cidades e não mais aos paradigmas da construção da CN. No entanto, a pretensão de devolver à sociedade seu patrimônio caiu no gosto dos investimentos financeiros, que viram nessas ações, o campo fértil para a criação de imagens comuns, vendáveis e muito lucrativas.

Esses novos elementos são os espetaculares *eventos arquitetônicos* (PEIXOTO; PANTALEÃO, 2006): restaurações, parques, centros institucionais, grandes avenidas, e museus, capazes de dissolver o anonimato de lugares que passam a ser veiculados pelos meios de comunicação, especializados ou não. O desenho do espaço público torna-se, então, grande ferramenta no embelezamento da cidade contemporânea e primordial na produção de cenários urbanos positivos, retratando uma hierarquia econômica mundial e implicando uma situação similar em termos brasileiros.

A revitalização da Avenida Goiás (2004) constituiu-se como uma das ações promovidas pelo poder público em estabelecer as intervenções urbanas no centro da cidade, reunidas no projeto “Centro para Todos”. O discurso reconhecia a configuração de uma cidade de modelo econômico e social excludentes, devido ao processo de crescimento desordenado das décadas anteriores. A consequência foi a perda de qualidade de vida e

degradação do espaço urbano. Justificativas para as possibilidades de requalificar e revitalizar espaço urbano, bem como fomentar o investimento econômico-social, integrados ao desenvolvimento sustentável. Consta também que o projeto de revitalização da Avenida Goiás permitiria, por meio da operação urbana consorciada, valorizar a área histórica da cidade, visando a “[...] estabelecer um diálogo entre a história e contemporaneidade [...]” (PMG, 2004).

A identidade e a memória dos paradigmas da cidade moderna de Pedro Ludovico Teixeira deveriam ser instauradas para educar sua população sob o acervo *Art Déco*, representado pelo mobiliário urbano disposto ao longo do bulevar, descaracterizado na época pelo imenso calçadão em pedra portuguesa e o “mar” de barraquinhas do comércio informal. A principal avenida da cidade deveria ser reconstituída, mas com marcas do século XXI.

A pretensão em recuperar a ambiência da Goiânia CN se respalda pela instalação dos canteiros centrais, a presença dos buchinhos, os bancos de madeira e a réplica de luminárias. No entanto, a apropriação pretendida não foi alcançada: raros são os transeuntes que param no canteiro central para apreciar o cenário nostálgico. A criação da imagem simbólica para a cidade é nítida: as novas luminárias com formas do *Art Déco*; os pergolados em concreto, com motivos em baixo relevo escalonados; o desenho das calçadas inspiradas na flor do ipê – típica representante da flora do cerrado sobrepostas às formas geométricas do calçadão de Burle Marx, como aproximação entre a cidade nova e a metrópole regional, deletando de suas feições as intervenções intermediárias.

O Grande Hotel, equipamento de grande significado para a CN também não se furtou a metrópole regional, abrigando, em 2004, a Casa Cor. Uma justificativa para os investimentos em sua restauração, bem como ser atrativo para as classes de maior poder aquisitivo. No entanto, terminada a mostra, o que se presencia, em seu interior, são os resquícios de pisos e revestimentos contemporâneos, descaracterizando sua função inicial. Novos usos foram pretendidos: tornar-se um centro de memória da história da cidade. Mas, pasmem, sem acervo, resta apenas a fachada que nos remete aos anos iniciais da capital moderna.

Outros sinais das ações de intervenção ressoam sobre a Estação Ferroviária, o ponto final do grande bulevar: o *locus* da chegada dos produtos, serviços e mercadorias da cidade nova, bem como sua integração às regiões sul e sudeste do país. Na configuração da monumentalidade de A.C. Lima, seria possível visualizar o ponto focal do traçado barroco: a sede do poder administrativo. Perspectiva perdida pela construção de inúmeros edifícios de múltiplos pavimentos, abaixo da Avenida Anhanguera. Mas, ainda sim, os

exemplos de intervenção americanos e europeus deveriam ser instituídos, conferindo à antiga estação sua relevância na história da Goiânia CN, sob o título de “Estação da Cultura”, ainda não concretizado.

De todas as intervenções pontuadas, o projeto “Cara Limpa” aparece como o principal ponto das ações, revelando a pasteurização, conferida pela paleta de cores do IPHAN, pois o projeto foca a recuperação arquitetônica das fachadas, sem, no entanto, interferir nos usos e acomodações internas dos edifícios (figuras 17 e 18).



Figura 17: Projeto “Cara Limpa” aplicação de pintura nas fachadas *Art Déco*.  
Fonte: PMG, 2004.



Figura 18: Projeto “Cara Limpa” aplicação de pintura nas fachadas *Art Déco*.  
Fonte: PMG, 2004.

A reconstituição pretendida coloca em evidência uma característica marcante dessas intervenções: prenunciar o valor de memória, identidade e lugar, furtando-se a mecanismos de construção de um patrimônio intencional, imbuído pelo caráter de modernidade e pioneirismo da Goiânia CN. Falar sobre o *Art Déco* em Goiânia é remeter-se a um contexto histórico de transformação em que a arquitetura presta o papel de registrar materialmente a ruptura entre o tradicional modelo colonial para novas experimentações, vinculadas ao pensamento moderno, assim como foi seu desenho urbano.

No entanto, a reconstituição da história não é suficiente para a metrópole regional: falta-lhe a incursão no rol das cidades que detém, em seus cartões postais, a arquitetura de *griffe*. A reconfiguração da esfera pública (GHIRARDO, 2002) enaltece as iniciativas das gestões públicas em promover concursos públicos para a instalação de grandes equipamentos culturais como estratégia de revalorização do espaço urbano. Num contexto internacional, o desejo político passava, a partir da década de 1970, a concentrar seus esforços em aumentar os equipamentos artísticos e culturais. Veja-se Paris, onde o engajamento político foi refletido em obras como: o Centro Cultural Georges Pompidou (1977), de Richard Rogers e Renzo Piano, a transformação da *Gare d’Orsay* em museu (1986); o Instituto do Mundo Árabe, de Jean Nouvel (1987); a Ópera da Bastilha (1989), de Carlos Ott, o *Arc de La Défense* (1989), de Johan Otto; o Novo Louvre (1993), de I.M. Pei; o *Parc de La Villete* (1989), de Bernard Tschumi, entre outros. São projetos que buscavam intervir sobre o centro histórico, sem descaracterizá-lo, mas atribuindo milhares de metros

construídos sucumbidos à monumentalidade dos edifícios preexistentes, adicionados ao retorno certo de cada cifra investida: máximo de impacto com mínimo de custo (GHIRARDO, 2002). Além disso, algumas desses edifícios buscavam instituir novas áreas para o investimento do capital financeiro, apresentando uma imagem atrativa para o investimento especulativo, tornando-as intervenções de cunho midiático.

O Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), idealizado pelo então governador de Goiás, Marconi Perillo, em 2001, evocava um equipamento do porte da metrópole regional, para que este tornasse símbolo de uma gestão pública, aliada à criação de uma extensa agenda cultural que justificasse sua magnitude e dimensões. O CCON, apesar de inaugurado em março de 2006, ainda não colocou em funcionamento seus espaços, pois falta a conclusão das etapas de acabamento.

PEIXOTO & MELLO (2008) discorrem sobre as obras públicas assinadas por arquitetos famosos, pontuando seu caráter midiático, de dotar a metrópole pujante de uma arquitetura de *griffe*, sem, no entanto, permitir que houvesse um processo de escolha deste equipamento por meio de concurso público. O resultado é uma solução arquitetônica descolada do tempo da metrópole, com feições ainda modernistas e pouco contextualizadas aos paradigmas da contemporaneidade, isolado do restante da cidade (figura 19 e 20).



Figura 19: Centro Cultural Oscar Niemeyer – feições modernistas dos anos 1960-1970.  
Fonte: PEIXOTO; MELLO, 2008.

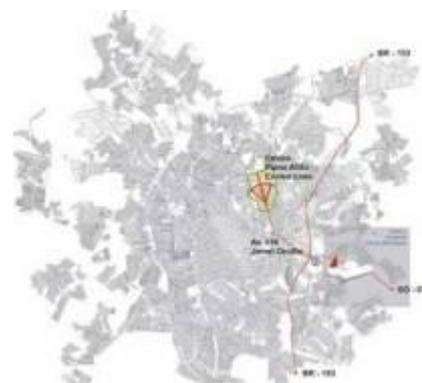


Figura 20: Localização do CCON.  
Fonte: PEIXOTO; MELLO, 2008.

Assim, o monumento erguido no entroncamento das vias expressas (BR-153 e GO-020) acena para a uma reafirmação da dispersão urbana ao longo de um processo de consolidação do Jardim Goiás, como novo foco de promoção do desejo dos agentes promotores do espaço urbano, sem, contudo, estabelecer necessidades reais e tampouco considerar o sítio em que são implantados, resultando em uma paisagem fragmentada e descontínua. Um contraponto ao conjunto urbano plantado pela Goiânia, *cidade nova*.

## Notas

- (1) O Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, determinou que a região às margens do córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas denominadas "Criméia", "Vaca Brava" e "Botafogo", no então Município de Campinas, fosse escolhida para nela ser edificada a Nova Capital do Estado.
- (2) A construção de Goiânia, segundo MONTEIRO (*in* RIBEIRO, 2004), representava também a implantação de uma rota de desenvolvimento estratégico para o Brasil, devido a sua dimensão continental, sendo o Estado de Goiás um ponto focal de integração nacional.
- (3) Nesse período o grupo político liderado por Pedro Ludovico Teixeira perdeu espaço para Jerônimo Coimbra Bueno, que era dono de grande parte das glebas, circunvizinhas a área urbanizada, o que para RIBEIRO (2004) contribui significativamente para o crescimento desordenado da cidade a partir da década de 1950.
- (4) Dos 426 loteamentos cadastrados na COMDATA (2003), 52% foram definidos nesta época.

## Referência bibliográfica

- AUGÉ, M.. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.
- BRAUDEL, F. **Écrits sur l'histoire**. Paris: Flammarion, 1969.
- GHIRARDO, D.. **Arquitetura Contemporânea**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional / UFG, 2003.
- HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Anuário de dados dos censos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro, 2001.
- LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MABILLOT, R. B. (et. al.). Parcelamento do solo urbano no Aglomerado Urbano de Goiânia. **Cadernos do Indur**: Goiânia, n. 4, 1984.
- MACIEL, D. P. **Goiânia (1933-1963): Estado e Capital na produção da cidade**. Tese de Doutorado (em Sociologia). 1996. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- MANSO, C. F. A. (Org.). **Goiânia Art Déco**: acervo arquitetônico e urbanístico. dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.
- MANSO, C. F. A. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea**: um certo olhar. Goiânia: Publicação do Autor, 2001.
- MUÑOZ, F. **Urbanización**: Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- OLIVEIRA, A. M. V.; PEIXOTO, E. R. Estudos de Bairros: entre a arquitetura e a história. **Revista Mosaico**: Goiânia, v.2, n.1, p.59-67, jan-jun. 2009
- PEIXOTO, E. R.; MELLO, M. M. de. A modernidade anacrônica: Goiânia com cara de Brasília. In: **Minha Cidade**, São Paulo, 08.090, Vitruvius, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.090/1907>>. Acesso em: 09 out. 2009.
- PEIXOTO, E. R.; PANTALEÃO, S. C. **Goiânia, cidade genérica**: eventos arquitetônicos. Relatório de Iniciação Científica (Arquitetura e Urbanismo). 2006. Núcleo de Pesquisas do Edifício e da Cidade – NEPEC. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Centro de Todos**: Goiânia. Goiânia: PMG, 2004.
- RIBEIRO, M. E. J.. **Goiânia**: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- SECCHI, B. **A cidade do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- TREVISAN, R. **Cidades Novas**. Tese de Doutorado (em Arquitetura e Urbanismo). 2009. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília.
- VAZ, M. D. A. C.. **Transformação do centro de Goiânia**: renovação ou reestruturação? Dissertação (Mestrado em Geografia). 2002. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.